



A Casa e a Rua: uma relação política e social

Eni Puccinelli Orlandi

RESUMO – A Casa e a Rua: uma relação política e social. Integrando pesquisas sobre cidade, na análise de discurso, trabalhamos a relação social estabelecida em diferentes condições entre a casa e a rua e os sujeitos, seus modos de vida e processos de significação, interpretados pelo par público/privado. A intimidade, a sociabilidade, a hostilidade, a ruptura, a segregação, o equívoco, a contradição nos ocupam nessa observação. O que é *sentir-se em casa*? O que é *ser menino de rua*, *ser pichador*? Propomos que a forma da cidade e a forma-sujeito estão ligadas, bem como fazemos distinção entre as noções de *ordem* e de *organização*. É preciso aprender novas formas de sociabilidade que atendam as necessidades sociais.

Palavras-chave: **Casa. Rua. Relação Política e Social. Análise de Discurso.**

ABSTRACT – The House and the Street: a political and social relation. Integrating research on the city, in discourse analysis, the relationship established social work in different conditions between the home and street and subjects, their way of life and meaning processes, performed by the pair public/private. The intimacy, sociability, hostility, breakage, segregation, the misunderstanding, the contradiction at play in this observation. What is *feel at home*? What is a *street child*, being *graffiti painter*? We propose that the city form and shape are subject-related, and we distinguish between the notions of *order* and *organization*. You have to learn new forms of sociability that meet social needs.

Keywords: **House. Street. Discourse Analysis. Political and Social Relationship.**

Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 693-703, set./dez. 2011.
Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>

Introdução

Nosso objetivo, nesta exposição, é mostrar que a forma da cidade e a forma sujeito, ou seja, o modo como os sujeitos aí estão dispostos, estão ligadas. O modo como se dispõe o espaço é uma maneira de configurar sujeitos em suas relações, em suma, de significá-los. Em nossos estudos e pesquisas, sobre cidade, distinguimos o que é ordem e organização. Reservamos a noção de *ordem* para o real da cidade, com seus movimentos, sua forma histórica, seu real. Já a *organização*, que chamamos de organização urbana, está ligada ao imaginário projetado sobre a cidade, tanto pelos seus habitantes como pelos especialistas do espaço, como urbanistas, administradores etc. que, assim, se relacionam com a cidade através desse imaginário, organizando o espaço da cidade, planejando-o, calculando-o de maneira empírica ou abstrata de acordo com seus objetivos. Em geral, ignorando, silenciando as reais necessidades histórico-materiais do espaço enquanto instância real, própria à cidade que está sempre em movimento.

Para repor a relação com o real da cidade em nossos estudos e pesquisas, estamos propondo pensar a relação básica entre a *casa* e a *rua*. Do ponto de vista da análise de discurso, que é nossa proposta teórico-metodológica, estamos assim analisando que sentidos podem ser apreendidos quando tomamos como centro de observação este par, casa/rua, que se coloca como um dos elementos organizadores por excelência do espaço urbano e das relações sociais que aí se dão.

Nosso objetivo é trabalhar com a relação social que se estabelece em diferentes condições entre a casa e a rua para, a partir daí, pensarmos os sujeitos e seus modos de vida, seus processos de significação que são interpretados pelo par público/privado. A intimidade, a sociabilidade, a hostilidade, a ruptura, a segregação, o equívoco, a contradição estarão nos ocupando nessa nossa observação. O que é *sentir-se em casa*? O que é ser *menino de rua*, ser *pichador*?

A partir de nossas reflexões, o que temos compreendido é que as relações sociais estão se tornando indiscerníveis e tensas – ainda que, empiricamente, cada vez mais se tenta separar casa e rua, através de muros, guaritas, vigilância, prisões etc. – já que há uma diluição de sentidos entre estes dois espaços, dada a maneira como o político está presente nessa relação, significando-a. Observando a maneira como se dão os modos de subjetivação, em conflito entre o que o individualiza e o que relaciona o sujeito ao outro no espaço urbano assim constituído, vamos expor resultados de nossas análises sobre esta relação entre a casa e a rua.

A Cidade, o Urbano, o Sujeito

Pensando discursivamente a cidade, consideramos o espaço em sua mate-

rialidade. Desta perspectiva o espaço é, de um lado, “[...] o enquadramento de todos os fenômenos” (Henry, s. d., e-mail) e, de outro, ele não é nem um vazio, nem apenas uma função, ele é espaço de interpretação, tem sua materialidade em que se confrontam o simbólico e o político. Assim, a cidade se materializa em um espaço que é um espaço significativo: nela, sujeitos, práticas sociais, relações entre o indivíduo e a sociedade têm uma forma material, resultante da simbolização da relação do espaço, citadino, com os sujeitos que nela existem, transitam, habitam, politicamente significados.

O corpo dos sujeitos está atado ao corpo da cidade e estes são significados por essa ligação. E de tal modo se articulam que o destino de um não se separa do destino do outro, em suas inúmeras e variadas dimensões: material, cultural, econômica, histórica etc. O corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um só. Nosso corpo, urbano, que se textualiza como um corpo de cidade, ocupa um espaço e é ocupado por ele.

Tenho afirmado em meus trabalhos que a cidade tem sido confundida, ou melhor, que há uma sobreposição do urbano sobre a cidade. Isto quer dizer que a cidade é significada pelo urbano. Este, por sua vez, não representa a cidade em seu real, mas é justamente o imaginário pelo qual a cidade é tomada ou como espaço empírico, já preenchido, ou como um espaço abstrato, calculável, administrado por especialistas da gestão pública: com seus planos, projetos, políticas públicas etc. Nesse sentido, enquanto declinada pelo urbano, a cidade é já significada a priori, em nosso caso, pelos padrões capitalistas. Indo mais além, podemos mesmo dizer que o urbano se sobrepõe à cidade e esta é identificada com o social, isto é, as relações sociais são hoje, muito frequentemente, consideradas como o mesmo que relações urbanas.

Assim, retomando a afirmação acima, de que o corpo do sujeito está atado ao corpo da cidade, agora declinada pelo imaginário que solda a cidade e o social, podemos dizer que o corpo social e o corpo urbano formam um só. Com seus efeitos sobre os sujeitos. A ingerência sobre o urbano é a ingerência sobre os sujeitos, tal como eles são significados no imaginário social.

Em nossas reflexões temos procurado considerar a cidade em seu real, atravessando com nossa observação, sustentada pela teoria e o método da análise de discurso, o imaginário que institui este jogo de sentidos entre o urbano, a cidade e o social, envolvendo nele os sujeitos. Nosso objetivo é compreender a relação entre o espaço da cidade, sujeito à interpretação, com a sociedade. A cidade, insistimos, enquanto espaço material (histórico, social, significativo) e não abstrato ou empírico. Para tal, incluímos em nossa reflexão o sujeito pensado por uma teoria não subjetiva, em que contam em sua constituição, assim como na dos sentidos que ele pratica, o social, o histórico, o político, assim como o inconsciente e a ideologia. Mas não só.

Não podemos deixar, quando pensamos a relação cidade/sociedade, introduzindo aí a questão de seus sujeitos, de articular, como diz Pêcheux (1981), o simbólico com o político.

Dá que este sujeito citadino o é nos termos em que se constitui como forma

sujeito histórica, ou seja, capitalista. Na perspectiva discursiva, isso significa que este sujeito resulta da interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Este sujeito, ou forma sujeito histórica, assim constituída, enquanto sujeito capitalista, é en-formada, se sustenta pelo jurídico. Temos aí um sujeito de direito e de deveres, um sujeito ao mesmo tempo livre, dono de sua vontade, e responsável. O sujeito capitalista. Mas indo mais longe (Orlandi, 2001), temos a relação deste sujeito com o Estado capitalista. Estado que é o articulador do simbólico com o político. Nesse sentido, o Estado, por sua vez, individua/liza este sujeito, pelas instituições e pelos discursos, daí resultando não o indivíduo como nasce, mas uma forma sujeito que o Estado individualiza, logo, um sujeito individua/lizado, ou seja, um indivíduo que se identifica por sua inscrição em uma formação discursiva, em certos sentidos e não outros, constituindo-se em uma posição sujeito com sua existência, que se inscreve, com suas práticas, na sociedade (Orlandi, 2001). É assim que situamos a posição-sujeito em seu funcionamento na sociedade. Este sujeito individuado pelo Estado, identificado em uma certa formação discursiva, e, portanto, com certos sentidos, estabelece, com a sociedade, uma relação política, dominada pelo Estado. Esta é sua articulação político-simbólica.

Voltemos, pois, ao nosso assunto inicial, o da relação entre a casa e a rua, agora sabendo de que sujeito falamos, já que não podemos pensar a rua e a casa, fundamento das relações espaciais da cidade, sem pensar que aí existem sujeitos e sentidos.

O Espaço, sua Materialidade e sua Organização

O espaço, como dissemos acima, é concebido como o enquadramento de todos os fenômenos. Nele inscreve-se a relação entre o público e o privado, cuja base mais visível está nessa relação casa/rua. Esta relação faz parte de um sistema, o capitalista, regido pelo jurídico e administrado por um Estado que, como dissemos, organiza os processos de individualização dos sujeitos, simbolizando as relações de poder segundo um sistema de diferenças às quais são atribuídos sentidos diferentes, que são declinados segundo valores: o melhor, o pior, o rico, o pobre, o superior, o inferior, o que tem a existência garantida e o que não deve existir etc. Essas divisões, porque são regidas pelo político, têm uma direção, são hierarquizadas. A sociedade capitalista em seu funcionamento contemporâneo é uma sociedade que vai além da exclusão, ela funciona pela segregação (coloca para fora da sociedade, e, quem está fora, não existe, não é levado em conta). Estes seus valores, por sua vez, são praticados pela sociedade que, enquanto sociedade de um sistema capitalista, é estruturalmente dividida e administrada pelo Estado que se sustenta no aparato e ideologia jurídicos. Assim, tanto as posições sujeito como os sentidos que eles produzem são função dessa divisão. A mesma palavra não significa a mesma coisa para o patrão e para o empregado, para o índio e para o ocidental, para o homem, para a mu-

lher e assim por diante. A linguagem não é, pois, transparente, assim como a história também não o é. Tampouco o sujeito. No entanto, vivemos na ilusão da evidência. Quando produzimos um sentido ele nos parece evidente. Mas não é. Tanto não é que pode significar diferentemente para diferentes posições sujeitos. É deste equívoco que se alimentam as relações sociais. Acreditamos estar produzindo os mesmos sentidos quando dizemos as mesmas palavras. E nossa pergunta é: o que significa casa e/ou rua para cada um de nós? Que relações estabelecemos entre casa e rua? É assim para o *menino de rua*? É assim para o marginal? É assim para o *sem-teto*?

A divisão público/privado, como qualquer outra divisão que, para ter sentido, tem de se inscrever na história, não é evidente e é sujeita a equívoco. Ela não tem um sentido em si mesma. Seus sentidos, no plural, dependem das condições em que são produzidos, ou seja, dos sujeitos, da situação, da memória discursiva (que sentidos habitam nossas palavras?): quem disse, onde disse, em que condições, com que objetivos, filiado a que memória discursiva (memória que se constitui pelo esquecimento). Sujeitos e sentidos se constituem na relação da língua com a história, atravessados pelo inconsciente e pela ideologia. E é como tal que têm suas práticas sociais funcionando no espaço urbano; significando e sendo significados através delas, nas suas diferenças.

Vou apresentar a análise de duas situações sociais em que se trata dessa relação: a dos condomínios e favelas, e a dos pichadores.

Condomínios e Favelas

O fechamento de espaços, recortando a cidade, retraçando seus percursos, redesenhando divisões, refazendo limites entre o público e o privado, separando de forma visível e cruel pobres e ricos, produzindo, de um lado, nichos e, de outro, corredores, se faz de modo irrefletido, supostamente levado pela necessidade de segurança. Oscilando entre o modismo, a exibição de poder econômico, a paranoia e a especulação imobiliária. Desde que se configure a menor possibilidade, as diferenças sociais e econômicas se manifestam violentamente e a divisão social se sobrepõe ostensivamente à materialidade da divisão do espaço urbano, espaço público, em princípio. Individualizam-se as respostas sociais aos problemas que são comuns a todos e reduz-se, assim, o espaço da sociabilidade.

Fazer um muro, separando parte da população do resto da cidade, significa indistinguir relações sociais muito importantes. Há uma memória social que nos constitui de modo mais ou menos inconsciente. Por vivermos na cidade, já temos em nós uma certa memória de cidade, que faz com que não tenhamos, a todo momento, que nos perguntarmos pelos seus sentidos: já nos filiamos a certos sentidos, já nos significamos implicitamente como urbanos e funcionamos nesse modo significativo dentro desse espaço. É o que tenho chamado de *economia do estereótipo*, das ideias recebidas, do senso comum: quem vive na

cidade, sabe que uma rua é uma rua, sabe que na rua há carros, por exemplo, espaço que é diferente se estivermos no meio da floresta amazônica. Esse espaço específico, que é um espaço de interpretação, tem uma memória que, no caso, é uma memória urbana. A cidade é um espaço significante, investido de sentidos e de sujeitos, produzidos em uma memória. Quando se fazem certos gestos em relação a essa memória – são gestos de interpretação dela – se está transformando, modificando, ou não esta memória. E isto traz consequências para o espaço e para seus habitantes. Para suas vidas.

Quando se faz um muro – no caso dos condomínios e bolsões – para separar um grupo de casas das outras, numa cidade, se está praticando uma violência simbólica, se está rompendo sentidos na conjuntura histórica de significação, rompendo com uma certa memória, estabelecendo-se outra forma de relações urbanas/urbanização, instaurando uma outra forma de relação entre os sujeitos sociais urbanos, outra *urbanização*. Está-se mexendo com o corpo social, com o corpo do sujeito. Historicamente, estamos significando nossos *outros* de outra maneira. Esses recortes do espaço público configuram diferentes condições de produção de sentidos em sua materialidade (historicidade). Como se passou a significar a relação de vizinhança, pode-se perguntar? Por este gesto, fica *dito* que os que estão do lado de cá do muro são as pessoas com as quais se quer conviver, quem está para fora são os que se excluiu, ou mais do que isso, aqueles cuja existência não nos interessa, aqueles que não deveriam existir. O social fica *indistinto*, porque não são todos que estão do lado de fora que são *inimigos*. Então o *hostis* (inimigos) e o *socius* (nossos iguais) ficam confundidos. Com isso, começamos a restringir o espaço da sociabilidade. Também o privado se indistingue, pois, no espaço interno, todos não têm o mesmo estatuto de vizinhança, de intimidade.

Ao se fazer um *bolsão*, se está também fazendo uma violência social, que é separar sujeitos de sujeitos igualmente cidadãos, mas que passam a ser tratados como ameaça. Há grave diminuição do espaço de sociabilidade. Nesse imaginário, eficaz, acabam-se implementando hostilidades que se tornam mais graves.

Este recorte afeta, por si, a própria noção de social. E me pergunto: que forma estamos dando à sociedade, à cidade em que vivemos? Quais são os sentidos que estão funcionando nessas relações, nesse espaço, e que nos estão constituindo como sujeitos urbanos de um determinado tipo? Sujeitos cujos laços se tramam pelo medo, pela desconfiança, pela in-sociabilidade. Minha posição é a de que a segurança está não na lógica do medo, da irracionalidade, mas justamente na nossa capacidade de construir uma sociedade com laços sociais firmes e bem articulados. É aí que mora nossa segurança. No alargamento do nosso espaço social. Ao invés de discutir o fechamento de loteamentos, é preciso pensar-praticar a lógica da sociabilidade e do alargamento e cuidado do espaço público. Ao invés de se construírem bolsões de segurança, é preciso investir para que não se formem bolsões de violência.

Chegamos, pois, à questão política: o poder político de decisão, em função da sociabilidade, é o poder de regular os processos de segregação: quem

fica dentro ou fora (da cidade) da sociedade. Entramos, assim, na questão que parece o avesso desta que acabamos de apresentar, mas que é sua correlata: a das favelas. As favelas são também um fechamento, são bolsões, considerados de violência. Porque o modo de constituição do fechamento é invertido: se nos bolsões de segurança, ou condomínios, o fechamento é de dentro para fora, e seus habitantes são valorizados; no caso das favelas o fechamento é de fora para dentro. E, no seu interior, moradores ou traficantes são confundidos, indistintos. Este também é um modo de segregação. Confinamento. Estigmatização.

No caso do condomínio, o aparato é o de seguranças; no das favelas, é o da polícia. Em um é a presença da força para proteger, em outra é a presença da polícia para reprimir. Estes espaços – o do condomínio e o da favela – são absolutamente distintos em sua constituição e em seus sentidos.

A favela não se constitui como um espaço fechado. Ela foi-se tornando um espaço fechado pela forma que, de um lado, as políticas públicas, o Estado, a foi segregando do espaço social urbano, e, de outro, ela foi sendo ocupada pela criminalidade. E, isto tudo, sustentado pelo fato de seus moradores serem pobres. A diferença primeira entre a favela e o condomínio é econômica e social, a que existe, em uma sociedade capitalista, entre ricos e pobres. E, então, pelo modo como o Estado exerce seu poder articulador do simbólico com o político: como ele significa a divisão social entre pobres e ricos; para uns, o condomínio, para os outros, a favela.

Se o Estado aí funcionasse pela presença, e não pela falta, esses espaços urbanos seriam abertos. Dever-se-ia fazer, desses espaços, espaços social, política e culturalmente arejados, circuláveis. Seria necessário produzirem-se condições, infraestrutura, criar escolas, programas de cultura, de lazer, cuidar do espaço físico, iluminação, transporte. Considerá-lo como um espaço social que necessita medidas do Estado que promovem, que formam, e não só as que reprimem (matam) ou segregam. Também não adianta entregá-lo a iniciativas chamadas *comunitárias*, assistencialistas, feitas por organizações não governamentais. Estas não têm o sentido que o Estado tem em sua capacidade de administrar e significar a sociedade no seu conjunto. A ação das ONGs deriva da mundialização, com seu discurso liberal. Com ela, a relação entre países ricos e pobres só piora ou, no mínimo, se mantém. São assim inúmeras as estruturas que se dedicam à *assistência*. Elas servem de rede de segurança que permite fazer passar a pílula do desengajamento do Estado¹ e as reformas liberais. As ONGs são um belo exemplar dessa forma de gestão pública. Com a privatização da assistência, o laço social se curva às definições identitárias e se comunitariza. É o fim dos sistemas incondicionais garantidos a todos, os do Estado, democraticamente eleito, que retrocede assim para a fileira de um ator entre outros (Brunel, 2007). Enfraquecer o Estado alimenta o fundamentalismo e o comunitarismo.

Como podemos ver, se condomínios e favelas são espaços fechados, a natureza e o sentido do fechamento, e, conseqüentemente, a maneira como se circula nesses espaços é completamente diferente. Isso envolve sentidos

social e politicamente significados de formas totalmente diferentes entre a casa e a rua, portanto dos sujeitos que as habitam e aí circulam. Uma casa em um condomínio está apartada das outras da cidade e se pretende protegida e indevassável (embora não o seja). É uma afirmação da propriedade privada. Já uma casa em uma favela é, até, espacialmente, continuamente devassada, não funciona como propriedade privada e está sujeita à violência todo o tempo, seja pelos marginais, seja pela polícia. Os espaços da favela são estreitos (nem calçada há). Os do condomínio cada vez se alargam mais, incluindo até mesmo parques ecológicos.

Com efeito, se existe uma indistinção nesse modo de administrar e significar o espaço urbano e os sujeitos, se pensamos a casa e a rua, essa indistinção não tem o mesmo sentido quando se trata de condomínio. Em um, a favela, essa indistinção vai na direção de elidir a propriedade, o espaço privado. E mesmo de de-significar o espaço público como espaço de convivência social regida pelo jurídico. Já no condomínio, a direção do sentido é outra: a indistinção vai no sentido de aumentar o poder da propriedade, alargando o sentido e o espaço do privado (em condomínio, há domínio), às expensas do espaço público, significado neste caso como espaço de ninguém, o da violência, da segregação, da hostilidade. É assim a noção de propriedade, significada pelo jurídico e que o Estado administra, que está no centro de irradiação dos sentidos que afetam política e socialmente a relação público/privado, o que existe entre casa e rua em seus sentidos e em seus contornos, diferenciados segundo o modo como o sistema capitalista estrutura o poder e a sociedade. Não é por acaso que os condomínios estão nos espaços nobres e as favelas nos espaços menos habitáveis. Em ambos, o que se elide é o espaço público².

Vejamos um exemplo que mostra em que resulta esta indistinção do espaço público e do privado e as consequências para os sujeitos que aí existem e transitam, diluindo sentidos, desfazendo relações sociais reais.

Sujeitos Sujeitos às Diferenças: os pichadores

Analisei longo tempo as pichações. Para mim, são parte do urbano. São uma escrita urbana. Seu cenário é a cidade. Seu modo de existência é o muro, a parede urbana. Sua forma é uma forma que denuncia os modos de existência dos sujeitos e das relações sociais que aí se praticam. O modo como o Estado os individualiza e que resultam em seus processos de identificação: na falta de acesso às instituições, ao ensino, à formação, à privacidade e até mesmo ao espaço público.

Não se pode pensar a linguagem separada de seu meio material (os muros), suas condições de produção, a conjuntura em que aparece. Ora, se a cidade é um espaço social dividido, um espaço em que o público está rarefeito, a sociabilidade constringida, isto também estará presente nas manifestações da linguagem que este espaço suporta. Como é um fato social, a própria escrita,

a organização da linguagem tem a ver com o modo como, materialmente, este espaço de significação se apresenta.

Pensando a pichação na atualidade, eu diria que não é algum *conteúdo* transmitido por uma *mensagem* que contém a reivindicação. É sua própria forma de estabelecer-se, como letra diferente, outra (metáfora da letra). O pichador se esmera em *inventar* (são as palavras que eles usam) sua letra, sua escrita. O pichador significa e se significa na criação de sua *letra*, em seu grafismo. Não reconhece/não se reconhece no regime da alfabetização, das letras distribuídas pela escola, na ortografia do certo/errado (Orlandi, 2004). Ele elabora seu sistema gráfico e não se submete ao certo/errado de que foi segregado. Ele resiste com sua letra dita *indecifrável* (para alguns), fazendo deslizar a escritura, produzindo um efeito metafórico da letra, um sistema de escrita urbano, onde ele se diz: *eu sou, eu existo, eu estou aqui*, onde ele se socializa apesar de tudo, apesar do Estado.

Quando as condições são favoráveis, os sujeitos têm sua página em branco, na Escola, no modo como o Estado os individualiza como sujeitos capitalistas de direitos e deveres, sujeitos do conhecimento, letrados. Na sua falta, esses sujeitos têm no muro recém pintado a página em branco onde inscrever-se simbolicamente, onde escrever, com seus sinais gráficos, elaborados, sentidos como produção simbólica, ligando-os – em sua necessidade de vínculo social (somos seres simbólicos e históricos que vivemos em sociedade) – à sociedade de que fazem parte, ainda que tentando um lugar, esse lugar, de fora para dentro. De outro lugar. De *lá*. Do bairro, da favela, da periferia (que os profissionais do espaço ensinaram a chamar de *comunidade*. Por que não sociedade?). A sociedade o hostiliza, o coloca na ilegitimidade – pela distinção do público e privado, dizendo que o muro é espaço privado (ainda a propriedade) – e é o gesto de pichação que o representa mais fundamente em sua vontade social: o do que sai do silêncio, o que estabelece uma relação pelo símbolo, com seus outros, igualmente segregados. E se apresentam assim para toda a sociedade. O sinal gráfico o põe em contato, antes de tudo, consigo mesmo e com os seus (as alianças). No modo como foi individualizado para ser da massa informe do *povo*, ele irrompe individualizando-se pelo sinal que ele inscreve, e que o inscreve, no espaço público. O muro é lugar de duas faces: se é privado para dentro, é público para fora. É limite. Entre a casa e a rua. A rua é pública. A rua de um condomínio é pública? Voltamos à indistinção. À diluição dos sentidos que funciona sempre a favor do mais forte.

Podemos ver essa manifestação da pichação como a manifestação de um processo identitário. A meu ver ela apresenta um modo de subjetivação em que a letra (o grafismo) individualiza essa forma sujeito urbana de modo muito particular e rico. A identidade que daí resulta nos ensina como o sujeito, mesmo em situação muito adversa, procura uma chance de simbolizar-se em sua necessidade de estabelecer um laço social. Fala-se em rabiscos ininteligíveis, mas eles são interpretáveis e a interpretação marca o pertencimento a um grupo social, o dos segregados. E marca um modo de relação com o espaço urbano,

na relação entre a casa e a rua, entre o público e o privado, ressignificando-o.

No entanto, nossas *autoridades* resistem. Há uma campanha da prefeitura de Campinas que diz: “O que eles chamam diversão, nós chamamos vandalismo, o que eles chamam aventura, nós chamamos depredação, o que eles chamam arte, nós chamamos infração, o que eles chamam liberdade de expressão, nós chamamos poluição. Vamos virar esta página”. Observe-se o *eles*. Por que não *vocês*? Aí, pelo menos a prefeitura estaria reconhecendo esse outro como parte da sociedade, e estaria conversando com ele, reconhecendo-o como um interlocutor com quem deveria dialogar, e não falando deles com essa distância. Isto é segregação. E, ao dizer que é infração o que *eles* chamam arte, estão criminalizando o seu processo de simbolização. Estigmatizando sua invenção. E é assim que acabam empurrando grande parte de nossa juventude para a criminalidade. Produzindo esta imagem estigmatizada, de delinquência, ao invés de acolher, desenvolver esta capacidade de expressão e deixá-la significar no interior da sociedade.

Comentários Conclusivos

O fechamento dos espaços, a segregação (Schaller, 2001), a negação do movimento da sociedade em sua história, levam à indistinção e à diluição dos sujeitos e dos sentidos. E coloca-se como pretexto a necessidade de segurança e seu contrário, a produção da violência. É preciso sair dessa equação. Inverte-se a relação causa e efeito. Não é porque vivemos próximos uns dos outros que há violência. Ao contrário, a violência é produzida, ela é causada pela falta de sociabilidade, pelo distanciamento produzido por relações sociais de segregação e distanciamento. Quanto mais dentro do social, mais seguros estamos. A resposta não pode ser individual, pois a relação casa/rua é uma relação social e política.

Há uma geografia da violência, há uma lógica da violência, há uma economia da violência, própria ao sistema capitalista e que está presente no modo como o espaço urbano se organiza, é gerido pelo Estado. Para fazer face a isso, temos de aprender novas formas de sociabilidade, novos modos de nos pensar coletivamente, não reagindo pelo medo, reivindicando condições de sociabilidade praticáveis, mobilizando instituições, mídia, configurando programas que atendam as necessidades sociais. É preciso termos presente e não desistirmos de nossa condição de seres simbólicos, que significamos na sociedade e na história. Ao invés de recuarmos, histórica e politicamente, para o interior de espaços fechados, temos de conquistar o espaço-tempo de nossa contemporaneidade social e política que é habitar a cidade sem restrições: nosso lugar público, social, político. E aí poderemos nos sentir *em casa*, onde estivermos. Com nossos concidadãos. Nossos iguais. Em uma sociedade que seria, aí sim, democrática.

Recebido em fevereiro de 2011 e aprovado em maio de 2011.

Notas

- 1 Conforme fazem parte da ideologia do enfraquecimento do Estado, que funciona pela falta, afetado pela importância da economia de mercado, alimentando a violência e segregando sujeitos.
- 2 É interessante lembrar que no Estatuto da Cidade não existe a figura do *morador*, só do *proprietário*!

Referências

- BRUNEL, Sylvie. Qu'est-ce que la Mondialisation? **Sciences Humaines**, spécial, n. 1805, Paris, 2007.
- HENRY, Paul. Espaço na Geometria [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <Eni Puccinelli Orlandi>, em data não informada.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto**. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni P. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.
- PÊCHEUX, Michel. Lire l'Archive Aujourd'hui. **Archives et Documents**, St. Cloud, n. 2, p. 17-23, 1981.
- SCHALLER, Jacques. **Construire un Vivre Ensemble dans une Démocratie Renouvelée**. São Paulo: USP, 2001.

Eni Puccinelli Orlandi possui mestrado (1970) e doutorado (1976) em Linguística pela Universidade de São Paulo e pela Universidade de Paris/Vincennes. É coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp, professora e coordenadora do Mestrado em Linguagem e Sociedade da Universidade do Vale do Sapucaí, e professora colaboradora do IEL da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: análise de discurso, linguística, epistemologia da linguagem e jornalismo científico. E-mail: enip@uol.com.br